



**PORTARIA GP Nº 08, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

A DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desembargadora HELENA ROSA MÔNACO DA SILVA LINS COELHO  
Vice-Presidente Administrativo do Tribunal

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.314.380.954,24</b>	<b>17.551.284,76</b>	<b>1.331.932.239,00</b>
Pessoal Ativo	1.005.830.125,30	14.227.393,70	1.020.057.519,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	308.550.828,94	3.323.891,06	311.874.720,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>253.215.562,17</b>	<b>8.688.320,46</b>	<b>261.903.882,63</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	33.066.165,17	8.688.320,46	41.754.485,63
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	220.149.397,00	0,00	220.149.397,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.061.165.392,07</b>	<b>8.862.964,30</b>	<b>1.070.028.356,37</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>727.254.324.000,00</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,145914%</b>	<b>0,001219%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,255194%</b>	<b>1.855.909.399,59</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,242434%</b>	<b>1.763.113.929,61</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,229675%</b>	<b>1.670.318.459,63</b>

FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial - CCIN/TRT15 – 24/Jan/2018 – 11h e 00m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 – TCU – Plenário, não foram incluídas:
- a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 20.022.982,05;
  - b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 4.967.113,17.
- 3) Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006-TCU-Plenário, não foi incluído o valor de R\$ 138.745,42 referente a "Precatórios da Administração Indireta".

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017**

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" e "b")

R\$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA  ( a )	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = ( a- ( b + c + d+ e) )	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores ( d )	Demais Obrigações Financeiras ( e )			
			De Exercícios Anteriores ( b )	Do Exercício ( c )					
27	Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	12.763.491,85	2.331,09	1.949,02	1.109.989,35	0,00	11.649.222,39	10.903.155,62	0,00
50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	2.867.008,06	0,00	8.160,61	9.873,39	0,00	2.848.974,06	355.602,74	0,00
81	Recursos de Convênios	25.692.800,67	0,00	1.914,69	1.972.846,29	0,00	23.718.039,69	9.225.719,20	0,00
88	Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional <sup>3</sup>	143.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.400,00	143.400,00	0,00
90	Recursos Diversos	130.273,84	0,00	0,00	0,00	130.273,84	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>		<b>41.596.974,42</b>	<b>2.331,09</b>	<b>12.024,32</b>	<b>3.092.709,03</b>	<b>130.273,84</b>	<b>38.359.636,14</b>	<b>20.627.877,56</b>	<b>0,00</b>
00	Recursos Ordinários <sup>2</sup>	45.083.671,12	14.518,51	117.111,73	4.971.860,27	0,00	39.980.180,61	39.980.180,61	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>		<b>45.083.671,12</b>	<b>14.518,51</b>	<b>117.111,73</b>	<b>4.971.860,27</b>	<b>0,00</b>	<b>39.980.180,61</b>	<b>39.980.180,61</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>		<b>86.680.645,54</b>	<b>16.849,60</b>	<b>129.136,05</b>	<b>8.064.569,30</b>	<b>130.273,84</b>	<b>78.339.816,75</b>	<b>60.608.058,17</b>	<b>0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>							<b>0,00</b>		

FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial - CCIN/TRT15 – 24/Jan/2018 - 10h e 30m

Notas: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

<sup>2</sup> Foi incluído o valor de R\$ 652.964,85 referente a recursos a receber para pagamento de restos a pagar na “Disponibilidade de Caixa Bruta”, 00-Recursos Ordinários.

<sup>3</sup> Foi incluído o valor de R\$ 143.400,00 referente a recursos a receber para pagamento de restos a pagar na “Disponibilidade de Caixa Bruta”, 88-Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	727.254.324.000,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.070.028.356,37	0,147133%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.855.909.399,59	0,255194%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.763.113.929,61	0,242434%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	60.608.058,17	78.339.816,75

FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial – CCIN/TRT15 – 24/Jan/2018 – 11h e 10m

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R\$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.331.932.239,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		261.903.882,63		
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>		<b>1.070.028.356,37</b>		
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		727.254.324.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,147133%		
		% DA RCL	VALOR	
<b>LIMITE MÁXIMO \1</b>	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,249272%	1.812.841.398,52	
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2: ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 <informar o percentual>	0,249200%	1.812.317.775,41
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 <informar o percentual>	0,219360%	1.595.305.085,13
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 <informar o percentual>	0,218952%	1.592.337.887,48
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3		0,255194%	1.855.909.399,59

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho